



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

VARA CÍVEL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - PROJUDI

AVENIDA BRASIL, 585 - Centro - Santo Antônio do Sudoeste/PR - CEP: 85.710-000 - Fone: 46 3563-2255 - E-mail: alfb@tjpr.jus.br

br

Autos nº. 0001202-48.2022.8.16.0154

Processo: 0001202-48.2022.8.16.0154

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Preferências e Privilégios Creditórios

Valor da Causa: R\$47.385.814,23

- Autor(s):
- KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA.
 - MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA.
 - MOINHO TALITA LTDA.
 - TALITA IMP. E EXP. ALIMENTOS LTDA

Réu(s): Juízo da Vara Cível da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste

1. Trata-se de pedido de recuperação judicial ajuizado por Talita Indústria de Farinhas Ltda., Moinho Talita Ltda., Kleber Luis Priamo & Cia. Ltda., Maiko Kleverson Priamo & Cia. Ltda.

Apresentados todos os documentos previstos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/2005, **RECEBO** petição inicial.

2. Os requerentes afirmam que compõem um grupo econômico, sendo que as empresas Talita Indústria de Farinhas e o Moinho Talita têm como objeto social a “*indústria, comércio, importação e exportação de gêneros alimentícios, farinha, biscoitos, massas, frutas, legumes e enlatados*” além de “*serviços de transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal e interestadual*”, e as empresas Maiko Cleverson Priamo e Cia. Ltda. e Kleber Luis Priamo e Cia. Ltda. são empresas que tem como objeto social a “*participação em outras empresas*”, sendo cada uma delas proprietária de 50% das cotas sociais das empresas Talita Indústria de Farinhas e Moinho Talita. Afirma que juntas as empresas forma o Grupo Talita, apresentando relação de interdependência comercial e financeira e inter-relação operacional, de receitas, além de identidade de sócios. Aduz que as empresas foram constituídas há mais de dois anos, permanecendo ativas desde então, nunca tendo sido requerido/concedido em seu favor recuperação judicial ou falência, bem como os sócios nunca foram condenados por qualquer crime previsto na Lei de Falências e Recuperação Judicial. Sustenta que o Grupo Talita teve origem no ano de 2007 e, em razão da expansão de sua capacidade de produção, também ingressou no ramo do transporte rodoviário de cargas em 2014. No entanto, aduz que a partir do ano de 2020 as empresas mergulharam em uma verdadeira crise financeira, decorrente das consequências da pandemia da COVID-19 e de um incêndio de grandes proporções ocorrido em 07/10/2020, que atingiu toda a planta de produção da Talita Indústria de Farinhas Ltda., destruindo toda a área de industrialização da empresa. Afirma que em razão do incêndio a empresa precisou paralisar por completo suas atividades e demitir quase que a totalidade de seus 100 colaboradores. Aduz que em janeiro/2021 realocaram todo o maquinário e estrutura da empresa para um moinho de trigo localizado na cidade de Dourados/MS e adquiriram as cotas sociais da empresa Montreal Indústria de alimentos Ltda., que passou a ostentar a razão social Moinho Talita Ltda. Afirma que a safra de trigo do Estado do Mato Grosso do Sul do ano de 2021 tinha previsão de produção de 90.000 toneladas, mas não atingiu sequer 15.000 toneladas, o que obrigou a empresa a buscar trigo em outros estados da federação e também no Paraguai, o que gerou um custo de produção maior. Aduz que no início de 2022 a planta localizada em Santo Antônio do Sudoeste foi reativada para a comercialização de farinha de trigo, com a importação de trigo da Argentina e a terceirização da moagem. Afirma que após a reativação da unidade de Santo Antônio do Sudoeste a empresa dava sinais de recuperação com o aumento de seu faturamento mensal o que possibilitou a recontração de parte dos colaboradores demitidos após o incêndio e novos investimentos em sua logística de transporte. Sustenta que o endividamento da empresa estava até certo ponto controlado, porém, com a crescente alta no preço do



diesel, a alta de inflação e a alta do trigo decorrente da guerra na Ucrânia, houve um significativo aumento nos custos de produção os quais até certo ponto foram por ela suportados de forma a manter a sua competitividade. Afirmo que tal cenário acabou por reduzir a capacidade de pagamento das requerentes, não restando outra alternativa às empresas senão pleitear pela recuperação judicial como forma que buscar seu soerguimento. Aduz que no atual cenário, a composição de caixa das requerentes, em que pese ter uma atividade pujante e viável, não consegue momentaneamente fazer frente a todos os custos e despesas que se acumularam, expondo a empresa a situação de risco caso não tenha um fôlego para se recuperar.

Requereram o processamento da recuperação judicial e a concessão de tutela de urgência para o fim de: a) determinar que todas as instituições financeiras e cooperativas de crédito credoras das requerentes se abstenham de proceder qualquer ato que resulte na retenção ou bloqueio de valores nas contas correntes das empresas, bem como liberem todo e qualquer acesso aos sistemas de gerenciamento das aludidas contas; b) determinar a baixa de todas as inscrições em órgãos de proteção ao crédito e protestos; c) obstar toda e qualquer medida de retenção, arresto, sequestro, busca e apreensão, reintegração de posse, depósito, imissão de posse, ou qualquer outro provimento que possa acarretar privação ou perda de posse, propriedade ou uso de bens móveis, imóveis, fungíveis ou infungíveis, constrição judicial ou extrajudicial, ainda que em alienação fiduciária; d) determinar a suspensão de todas as ações e execuções em trâmite contra as requerentes.

É, em síntese, o relatório. **Decido.**

3. Do litisconsórcio ativo

Com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, a Lei nº 11.101/2005 passou a prever expressamente a possibilidade de litisconsórcio ativo entre duas ou mais sociedades pertencentes ao mesmo grupo em um único pedido de recuperação judicial, nos seguintes termos: “*os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual*” (art. 69-G da Lei nº 11.101/2005).

No presente caso, os requerentes comprovaram que integram grupo sob controle societário comum, uma vez que as empresas **Talita Indústria de Farinhas Ltda.** e **Moinho Talita Ltda.** possuem como sócios Kleber Luís Priamo & Cia. Ltda., Maiko Kleverson Priamo & Cia. Ltda., Kleber Luís Priamo e Maiko Kleverson Priamo (mov. 1.2 e 5.2); a empresa **Maiko Kleverson Priamo & Cia. Ltda.** possui como sócios Kleber Luís Priamo e Maiko Kleverson Priamo (mov. 6.2); e a empresa **Kleber Luís Priamo & Cia. Ltda.** possui como sócios Kleber Luís Priamo, Maiko Kleverson Priamo e Daniela Siluandra Strapazon Priamo (mov. 7.2).

Ademais, denota-se a existência de dependência econômica entre as requerentes, constatada pela semelhança nas atividades e pelo ciclo de atividades descrito na inicial, além de os sócios das empresas integrarem o mesmo grupo familiar, de modo que o funcionamento de uma depende diretamente do funcionamento da outra.

Sendo assim, constatada a formação de grupo econômico entre elas, é possível o processamento em conjunto da recuperação judicial, nos termos do art. 69-G da Lei nº 11.101/2005, ficando garantida, no entanto, a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos (art. 69-I da Lei nº 11.101/2005).

4. Do deferimento da Recuperação Judicial

A teor do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.



No presente caso, não vislumbro indícios de que a atividade exercida pelos requerentes seja inviável ou de que eles não detenham condições de se recuperar financeira, econômica e comercialmente, sendo cabível o pedido de recuperação judicial.

Da análise dos documentos apresentados nos autos, denota-se que os requerentes exercem suas atividades há mais de dois anos, não se tratam de empresas falidas, não houve requerimento/concessão anterior de recuperação judicial e os sócios não foram possuem condenação pela prática dos crimes previstos pela Lei nº 11.101/2005, preenchendo, assim, os requisitos do art. 48 da referida Lei.

Ainda, noto que foram apresentados todos os documentos previstos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/2005 para o processamento do pedido de recuperação judicial, uma vez que foram expostas as causas concretas da situação patrimonial dos devedores e das razões da crise econômico-financeira (art. 51, I – mov. 9.1); constam dos autos as demonstrações contábeis das empresas relativas aos três últimos exercícios sociais, compostas de balanço patrimonial, demonstração de resultados acumulados, demonstração de resultado desde o último exercício social, relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, e descrição das sociedades do grupo (art. 51, II – mov. 1.20/1.23, 5.8/5.11, 6.10/6.14 e 7.9/7.14); a relação nominal completa dos credores (art. 51, III – mov. 8.1 e 8.2); a relação integral dos empregados (art. 51, IV – mov. 8.3); a certidão de regularidade dos devedores no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores (art. 51, V – mov. 1.2/1.19, 5.2/5.7, 5.12, 6.2/6.8, 6.15, 7.2/7.8 e 7.15); a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores (art. 51, VI – mov. 8.4); os extratos atualizados das contas bancárias e de eventuais aplicações financeiras dos requerentes (art. 51, VII – mov. 1.28/1.41, 5.16/5.21, 6.18 e 7.18); certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio/sede dos devedores e naquelas onde possuem filial (art. 51, VIII – mov. 1.27, 5.14/5.15, 6.17 e 7.17); a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (art. 51, IX – mov. 8.5); o relatório detalhado do passivo fiscal (art. 51, X – mov. 9.1, item “3”, letra “c”); e a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante (mov. 8.6 e 8.7).

Sendo assim, preenchidos os requisitos do art. 48 da Lei nº 11.101/2005 e apresentada a documentação exigida pelo art. 51 da mesma Lei, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fulcro no art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

5. Dos pedidos de urgência formulados pelos requerentes (item “7”, “d”, da petição inicial)

Com relação ao pedido de item “I” (*“determinar a todas as instituições financeiras/cooperativas de crédito credoras da Requerente que se abstenham de proceder qualquer ato que resulte na retenção ou bloqueio de valores nas contas correntes por elas administradas, bem como liberem todo e qualquer acesso seja por meio físico ou eletrônico aos sistemas de gerenciamento das aludidas contas, sob pena de multa diária em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência”*), a abstenção de medidas judiciais de bloqueios/constrições nas contas correntes das recuperandas decorre diretamente do deferimento do processamento da recuperação judicial (vide determinação de item “7” da presente decisão).

Na hipótese de bloqueios/constrições nas contas correntes das recuperandas realizados diretamente pelas instituições financeiras e cooperativas de crédito, além de se tratar de medida arbitrária, as recuperandas não comprovaram a ocorrência de tais atos, razão pela qual inexistente *fumus boni iuris* e *periculum in mora* para a concessão da tutela pleiteada.

Com relação ao pedido de item “II” (*“determinada a baixa de todas as inscrições em órgãos de proteção ao crédito e protestos”*), é firme o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as inscrições em órgãos de proteção ao créditos e protestos já existentes em detrimento das recuperandas somente devem ser baixados após a homologação do plano de recuperação judicial, desde que, por óbvio, esteja a dívida inscrita/protestada contemplada no plano de recuperação. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO AGRAVADA QUE, APESAR DE DEFERIR O PROCESSAMENTO DA AÇÃO,

INDEFERE O PEDIDO DE RETIRADA DE TODOS OS APONTAMENTOS EM EVENTUAIS CARTÓRIO DE PROTESTO, SERASA, SPC E CCF RELATIVOS AOS TÍTULOS ORIUNDOS DE CRÉDITOS SUJEITOS A ESTE PROCESSO – INSURGÊNCIA DAS RECUPERANDAS – PEDIDO DE BAIXA DAS RESTRIÇÕES CREDITÍCIAS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA AFETADA PELA PANDEMIA DE COVID-19 – INOVAÇÃO RECURSAL CONFIGURADA – QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA DECISÃO AGRAVADA – ALEGAÇÃO QUE NÃO PODE SER CONHECIDA – PEDIDO DE BAIXA DAS RESTRIÇÕES CREDITÍCIAS EM RAZÃO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE – PROCESSAMENTO DA AÇÃO QUE, APESAR DE SUSPENDER O TRÂMITE DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EXISTENTES CONTRA AS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO, NÃO AFETA O DIREITO MATERIAL DOS CREDORES - BAIXAS QUE PODEM SER REALIZADAS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRECEDENTES DO STJ – ENUNCIADO Nº 54 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – DIFICULDADES EM NEGOCIAR NOVOS SERVIÇOS E EM CONTRATAR NOVOS EMPRÉSTIMOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES QUE NÃO JUSTIFICAM O DEFERIMENTO DO PEDIDO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CONCRETA DOS FATOS RELATADOS – NEGÓCIOS REALIZADOS APÓS O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE SÃO EXTRACONCURSAIS – DECISÃO AGRAVADA QUE, ADEMAIS, DISPENSOU A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C. Cível - 0027713-31.2020.8.16.0000 - Maringá - Rel.: Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin - J. 15.02.2021).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS E RETIRADA DE RESTRIÇÕES DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO ANTES DE HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NOVAÇÃO DAS DÍVIDAS QUE OCORRE SOMENTE APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (STJ. REsp 1260301/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012).

O referido posicionamento é firme, tendo sido publicado, inclusive, duas teses pelo Superior Tribunal de Justiça em seus cadernos de jurisprudências em teses, *in verbis*:

3) Apenas após a homologação do plano de recuperação judicial é que se deve oficializar aos cadastros de inadimplentes para que providenciem a baixa dos protestos e inscrições em nome da recuperanda. (Edição nº 37 – Caderno Recuperação Judicial II)

6) Somente após a concessão da recuperação judicial, com a homologação do plano e a novação dos créditos, é possível promover a retirada do nome da recuperanda dos cadastros de inadimplentes. (Edição nº 59 – Caderno Cadastro de Inadimplentes).

Sendo assim, não é possível a baixa das inscrições em órgãos de proteção ao crédito e dos protestos já existentes em detrimento das recuperandas.

Não obstante, em que pese a ausência de previsão legal para o deferimento do pedido de abstenção de novas inscrições do nome das empresas em recuperação nos cadastros de restrição ao crédito, a matéria deve ser analisada sob o viés do Princípio da Função Social da Empresa.

É certo que deferimento do pedido de recuperação judicial é incompatível com a continuidade da inclusão do nome das recuperandas e de seus sócios nos cadastros de restrição ao crédito, uma vez que

isso inviabilizaria a reorganização da pessoa jurídica, que é plenamente dependente de crédito bancário para a continuidade de suas atividades.

Nessas condições, considerando que o objetivo maior da Lei nº 11.101/2005 é o de justamente adotar providências que viabilizem uma franca recuperação da empresa, tem-se que a medida pugnada deve levar em conta função social de preservação da empresa e seus empregados.

Dessa forma, estando as empresas requerentes em processo de recuperação judicial, é plenamente possível evitar que novas inscrições sejam realizadas em nome das recuperandas e de seus sócios pelos credores contemplados no pedido de recuperação judicial, referente a títulos vencidos ou não, desde que não tenham sido emitidos anteriormente à esta decisão.

Por fim, consigno que o deferimento do pedido de item “III” (“*obstar toda e qualquer medida de retenção, arresto, sequestro, busca e apreensão, reintegração de posse, depósito, imissão de posse ou qualquer outro provimento que possa acarretar privação ou perda de posse, propriedade ou uso de bens móveis, imóveis, fungíveis ou infungíveis, constrição judicial ou extrajudicial, ainda que em alienação fiduciária, determinando, também a suspensão de todas as ações e execuções contra a Autora, a teor do art. 6º, parágrafo 12º da Lei de Recuperação de Empresas, sob pena da empresa sucumbir e vir à falência, antes mesmo que seja deferido o processamento da recuperação judicial*”) decorre diretamente do deferimento do processamento da recuperação judicial, não sendo necessária a análise da tutela de urgência pleiteada (*vide determinação de item “8” da presente decisão*).

Diante do exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela pleiteada, para o fim de determinar o impedimento de novos protestos ou inscrições em cadastros de inadimplentes em nome das recuperandas e de seus sócios pelos credores contemplados no pedido de recuperação judicial, referente a títulos vencidos ou não, desde que não tenham sido emitidos anteriormente à esta decisão.

6. Nomeio como ADMINISTRADOR JUDICIAL a pessoa jurídica M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ADMINISTRADORA JUDICIAL, inscrita no CNPJ nº 07.166.865/0001-71, sob a responsabilidade do sócio Marcio Roberto Marques (OAB/PR nº 65.066).

6.1. Intime-se o administrador nomeado para que informe se aceita o encargo e, em caso afirmativo, apresente proposta de honorários, no prazo de 05 (cinco) dias.

A respeito dos honorários, consigno desde logo que a reserva prevista pelo §2º do art. 24 da Lei nº 11.101/2005 aplica-se somente às ações de falência, consoante entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça[1].

6.2. Aceito o encargo, o administrador deverá assinar o termo de compromisso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.101/2005.

6.3. Fica a pessoa jurídica nomeada ciente de que deverá declarar, no termo de que trata o art. 33 da Lei nº 11.101/2005, o nome de profissional responsável pela condução do processo de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização deste Juízo.

6.4. Apresentada a proposta de honorários, intemem-se as recuperandas para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias.

6.5. Após, voltem conclusos para homologação ou arbitramento dos honorários, conforme for o caso.

7. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, observado o disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 da Lei nº 11.101/2005.



8. Determino a SUSPENSÃO de todas as ações ou execuções em trâmite contra os devedores pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, na forma do art. 6º, *caput* e §4º, da Lei nº 11.101/2005, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 da Lei nº 11.101/2005.

Com relação a eventuais **buscas e apreensões de bens garantidos por alienação fiduciária** em trâmite contra os requerentes, ainda que o crédito não se submeta aos efeitos da recuperação judicial, não é permitida durante o prazo de *stay period* a venda ou a retirada dos bens alienados fiduciariamente do estabelecimento do devedor sem que antes este Juízo analise a essencialidade de tais bens para a atividade empresarial, nos termos do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005.

8.1. Junte cópia da presente decisão em todas as ações e execuções ajuizadas contra os devedores em trâmite nesta Comarca.

8.2. Oficie-se, quando possível via mensageiro, aos Juízos Cíveis, Juizados Especiais Cíveis, Justiça do Trabalho e Justiça Federal de todas as Comarcas do Estado em que os autores possuam filiais, informando o deferimento do processamento da recuperação judicial dos requerentes.

8.3. No mais, consigno que cabe ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes (art. 52, §3º, da Lei nº 11.101/2005).

9. Intimem-se os requerentes para que apresentem contas demonstrativas mensais. Para tanto, a fim de evitar tumulto e confusão processual, deverão autuar em apartado a prestação de contas.

10. Intimem-se o Ministério Público e as Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados.

11. Expeça edital, nos termos do art. 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005.

12. Intimem-se os requerentes para que apresentem o plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/2005, sendo admitida a apresentação de um plano único para todas as empresas, desde que sejam propostos meios de recuperação independentes e específicos para a composição de seus passivos, nos termos do art. 69-I, §1º, da Lei nº 11.101/2005.

13. Intimem-se os requerentes, ainda, para que apresentem:

a) relação atualizada das ações judiciais e procedimentos arbitrais em que figurem como parte (art. 51, IX, da Lei nº 11.101/2005), uma vez que é de conhecimento deste Juízo o ajuizamento recente de nova ação judicial contra um dos requerentes;

b) balanço patrimonial e demonstração de resultados acumulados da empresa Moinho Talita Ltda. referente ao ano de 2019;

c) relatório gerencial de fluxo de caixa realizado de todas as empresas requerentes, nos anos de 2019 a 2022.

14. Habilite-se conforme requerido (mov. 21 e mov. 22).

Intimações e diligências necessárias.

Santo Antônio do Sudoeste, data da assinatura digital.

Eloisa Alessi Prendin

Juíza de Direito

[1] RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. RESERVA DE 40%. ARTS. 24, § 2º, DA LFRE. INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE SOERGUMENTO. 1. Recuperação judicial requerida em 15/12/2015. Recurso especial interposto em 24/3/2017 e concluso ao Gabinete em 11/12/2017. 2. O propósito recursal é definir se a regra do art. 24, § 2º, da Lei 11.101/05 - que trata da reserva de honorários do administrador judicial - aplica-se também aos processos de recuperação ou apenas às ações de falência. 3. O art. 24, § 2º, da LFRE faculta a reserva de 40% dos honorários do administrador judicial para pagamento posterior, providência que se condiciona, segundo a mesma norma, à verificação e à realização de procedimentos relativos estritamente a processos de falência - (i) prestação de contas (após a realização do ativo e a distribuição do produto entre os credores); e (ii) apresentação do relatório final da falência, indicando valores patrimoniais e pagamentos feitos, bem como as responsabilidades com que continuará o falido. 4. Diante disso, uma vez que as condições a que se sujeita o pagamento diferido guardam relação com procedimentos específicos de processos falimentares, não se pode considerar tal providência aplicável às ações de recuperação judicial. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ - REsp: 1700700 SP 2017 /0248135-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 05/02/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/02/2019).

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR JUDICIAL. REMUNERAÇÃO. FIXAÇÃO. REQUISITOS. ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/05. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NÃO OBSERVÂNCIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. LIMITE NA INCAPACIDADE ECONÔMICA DA RECUPERANDA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. RESERVA DE 40%. ARTS. 24, § 2º, DA LEI 11.101/05. INAPLICABILIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Especificamente quanto à pretensão de majoração dos honorários da Administradora Judicial, ora agravante, o exame da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1809221 MG 2019/0105099-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/02/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/03/2022).

